

Grande ABC: culturas que excedem o lugar culturalizado

Luiz Roberto Alves

Grande ABC: culturas que excedem o lugar culturalizado

Resumo

A reflexão proposta busca compreender os sentidos da imagem comum de que a região foi opulenta em economia e relações de capital, mas exígua na oferta de produtos culturais. Por outro lado, busca compreender motivos do grande esforço em criar memória dos muitos projetos culturais que povoaram as décadas passadas, no bojo da constituição do sistema industrial de produção. O senso comum de que o complexo sistema industrial de produção não foi acompanhado da construção social da cultura, a par do efetivo esforço criador de experiências culturais, ajuda a pensar no caráter dos modos de construção simbólica regional, estimula a conectar o movimento cultural a teorias socioculturais e talvez produza trilhas para novas pesquisas sobre o campo e projetos de militância com vistas a construir efetiva inovação nessa área insubstituível da criação, da memória e do devir, a cultura.

Introdução

Este é um trabalho de reflexão e inflexão sobre a cultura regional. Reflexão porque o que foi criado, comunicado e vivido por homens e mulheres neste planalto merece ser refletido e talvez o fruto da reflexão leve a novas pesquisas e atitudes sobre a vida cultural do presente e do futuro. Inflexão porque o que reflete exige de nós tanto atitudes objetivas quanto subjetivas, revelações interiores que levam a tomadas de decisão. Ai já estamos na arena da estética e no palco das disputas simbólicas.

Esta reflexão-inflexão teria três caminhos: pelo primeiro, dever-se-ia driblar o esquecimento e anotar, detidamente, os feitos da cultura, com seus nomes e datas, a fim de não permitir que os fazeres culturais pareçam ser às gerações futuras não mais que nomes de possíveis meteoros ou sinais de estrelas cadentes; já o segundo sugeriria arrancar a região do seu suceder de esforços culturais e elencá-la numa teoria da cultura da sociedade capitalista dependente. Ambos os esforços seriam legítimos. Mas também seria justo dialetizar o movimento cultural da região, que respirou ares de experiências culturais mais amplas e metabolizou-as no viver regional. Nesse sentido, importa menos que tenha canibalizado experiências, ou tropicalizado, ou ainda modernizado. Importa se teve uma respiração sincera e autêntica e se está preparada para o novo. No que fez e como fez, cabe aprofundar estudos e, se possível, como disse Guimarães Rosa, “ir até o rabo da palavra”. Aqui se opta pelo terceiro caminho, porque a cultura regional se explica no seu fazer e no seu lembrar-se; no entanto, sem deixar de pedir a bênção, com o perigo do esquecimento a par da sinceridade da intenção, aos que criaram, comunicaram e buscaram realizar nesta região chamada Grande ABC a aventura da vida feita símbolo. Tomando a atitude sambista do Vinicius de Moraes, a bênção trabalhadores e trabalhadoras, migrantes e imigrantes, cujas culturas do trabalho deram o toque original do fazer simbólico e tentaram fazer da cidade um lugar da decência pelo trabalho; a bênção artistas dos vários palcos, do romantismo ao realismo, quer aqueles estudados por Timochenko Wehbi, quer os mais jovens e/ou anônimos; a bênção instituições, cujos problemas cíclicos de gerência são compensados pelo abrigo de gerações e pelo movimento das tecnologias a serviço da arte: do Carlos Gomes ao Cacilda e ao Teatro de Mauá; do Sesc aos centros culturais, núcleos e casas de trabalho artístico, incluídos os cenários rústicos tão próximos à natureza; a bênção lugares

do desafio à inteligência e do compartilhamento do saber, cuja construção é muito menor do que seus frutos simbólicos, como o Alpharrabio; a bênção Gipem, cuja espontaneidade perigosa rendeu propostas concretas de como não esquecer; a bênção cada escritor, cada escritora, cada poeta e jornalista que desenlacrou dados, inventou e reinventou poéticas, sistematizou informações, produziu memórias e criou a conexão entre essas antigas cidades de passagem e o mundo; a bênção loucos do cinema paulista, cujo fogo fátuo da Vera Cruz mostra tanto as entranhas do modo capitalista de produção físico-simbólica quanto o que pode e o que não pode fazer a cidade naquilo que se denomina ciclo do desenvolvimento; a bênção experimentadores das cores, tons e sabores do humano e do natural, cujo rol extenso pode ser simbolizado, com alguma tristeza, na perda recente do Pierino Massenzi; a bênção escultores, dançarinos, fotógrafos e cantores, escultoras, dançarinas, fotógrafas e cantoras, que sempre intuíram bem a convergência estética, antes da convergência tecnológica computacional e colocaram de pé, com a dignidade devida, a vida descrita e a vida narrada, a parada do relógio e seu fluir nos movimentos sonoro e pictórico do mundo; a bênção aqueles e aquelas dos espaços públicos que têm trabalhado para fazer convergir cultura e educação e que, portanto, viram e veem no processo formador das gerações lugares de produção e reprodução do fazer cultural; a bênção preservacionistas e restauradores da cultura e da natureza, cuja ação retoma o sentido do melhor do humano, especialmente em face dos descaminhos da economia, do urbanismo e da política; a bênção empreendedores da cultura, especialmente aqueles e aquelas que se salvam do fazer espetacular e trabalham a favor de uma cultura que opera mudanças na vida social e comunitária. A bênção a todos e todas que constroem no interior da ação cultural atos educativos. A bênção é o ato de respeito que dá passagem ao pensamento crítico.

O pensamento e o caminho

Esse pensamento sobre a cultura regional aprende muito com certas leituras de palavra e mundo tomadas de modo intertextual. A metodologia sociológica de José de Souza Martins, seja em *Fronteira*, seja no *Subúrbio*, remete à concepção do povo criador de Mikhail Bakhtin, que se encontra com a visão de cidade moderna em Henri Lefebvre, possibilitando criar um caminho para as gramáticas da criação, entrevistas em George Steiner, sem esquecer o quadro de referência da república brasileira, que se moderniza sob dependências e injustiças, enfiada no processo de acumulação capitalista, cuja racionalidade (como demonstrou Paulo Freire) não admite a construção do outro-humano como parte de nós. Os momentos criadores do povo, seu riso, sua palavra e sua festa, são aqueles em que superam as fronteiras tidas como limites que os vitimam. Os lugares de habitar apontam para a constituição de cidadania, afastadas as formas arcaicas e modernas de exploração. Tais lugares são criadores de tempos curtidos na geração de palavras, cores e imagens criadoras do mundo comunitário. Martins vai aos confins da geografia humana subtropical (como também faz com as fronteiras da cidade grande) para desocultar o que se encalacra em teoria social e na geografia concreta da terra grande e diversa, onde o humano tenta se reescrever ou produzir a imagem digna. Os que migram são vitimados por uma racionalidade do acúmulo e devem sublevar-se, ao seu modo, como tentativa redentora de existir. A efetiva tragédia também se permite, como se lê em *Fronteira* “compreender a diversidade das temporalidades da História, suas implicações, seu sentido e as possibilidades históricas que abre”.¹ Essa compreensão da his-

¹ **Martins**, José de Souza. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação. Departamento de Sociologia da FFLCH, USP e Hucitec, 1997, p.14-15.

tória, que Bakhtin radicaliza em François Rabelais², permite ao ser radicado, portanto não desterrado, dar nomes às coisas, pintá-las, dizê-las, esculpi-las, enfim criar novas gramáticas da realidade. A tensão é alta e contínua, porque os conluios entre política e economia tramam a reversão dos direitos em dizer a palavra e o mundo (pensemos nos alfabetos gráficos e eletrônicos). No entanto, quando o indivíduo e a comunidade adquirem ou readquirem o direito de dizer a palavra e o mundo dentro de certo tempo-espço, aí o ato estético de nominar o mundo ganha sentidos e exercita seus valores. Mas convém não se enganar com o poder de dominar o mundo, haja vista a degradação ecológica (uma espécie de anticultura construída sistematicamente), o fazer cultural tornado um ato de demolição do tempo histórico, como espetáculo, e a volúpia de afirmação do que é moderno como bom, atual, enfim *on line*. Lefebvre nos introduz a pensar a modernidade por meio de mais perguntas do que supostas soluções, mais questionamentos do que afirmações ingênuas, especialmente porque optamos ou fomos levados a viver na cidade moderna³. Ocorre que a modernidade do poder que gerencia a cidade muitas vezes não significa avanço ou mudança, mas somente o discurso de quem supõe saber e poder tudo, talvez para encobrir as fraquezas da sociedade do favor, do atraso e da injustiça. Daí as crises que afetam diretamente moradores e cidadãos, envolvidos pelas quantidades em detrimento da qualidade, do escondimento que subtrai transparências, das antipolíticas de clientela que, no fundo, negam a humanidade das pessoas. Modernidade de fato implica conhecer e criticar as políticas como um todo, para ir tecendo no seu interior as políticas de cultura, que sustentam as demais. E por falar em política, Lefebvre nos mostra que a cidade é

² *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, Universidade de Brasília, 1987.

³ *Introdução à Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

uma obra, diria um feixe cultural. Mas pode ser uma obra partida e fragmentada, em que se separam o ser e o pensamento, os trabalhos dos trabalhadores, o cotidiano da história, as pessoas e suas idades e sexos, as formas e os conteúdos. A divisão é levada ao extremo e quem age culturalmente, trabalha com símbolos de modo pouco crítico, corre o risco de pensar que subverte e reunifica quando efetivamente ajuda a dividir ainda mais. O feixe cultural urbano precisa, pois, ser lido por artistas, empreendedores e estudiosos com o rigor que Paulo Freire sugere ao homem e à mulher que começam a aprender, que vai da argila e da madeira aos sentidos de trabalho, ganho, sustento e vida social, sem vaidade ou diferenciação personalista, mas com o empenho de mudar a vida, criá-la e reproduzi-la como possível integralidade, que é o verdadeiro nome da paz. Não é possível chegar à paz, a *chalom-salam* sem a criatividade da cultura, lugar próprio do humano. No entanto, a chegada à paz passa pelo direito, valor também próprio à cultura. E qual ato político-cultural, hoje, em tempo de mutação tecnológica, seria melhor do que um cidadão de qualquer dos nossos municípios e em qualquer lugar das cidades colocar-se diante de um terminal eletrônico e descobrir tudo o que há, nas instituições regionais e suas conexões, sobre um tema de sua escolha, seja um jornal de 1947, a primeira obra literária publicada pela Alpharrabio, a prestação de contas da prefeitura de Diadema sobre as obras públicas do mês de maio de 2008, o preço da cesta básica do mês ou as fotos das cascatas nas trilhas que vão de Paranapiacaba a Cubatão. Ou que as universidades da região, ao lado do Consórcio Intermunicipal, liderem um movimento pela recuperação, estabelecimento crítico, sistematização catalográfica e ampliação consorcial do acervo gráfico e eletrônico que compreenda e explique o Grande ABC. Sem ele, o novo Consórcio Público não terá massa crítica para justificar suas propostas políticas, como intuiu Celso Daniel em novembro de 2001, dois meses antes de sua morte. Sem ele também não faremos educação social, valor próprio da cultura. A obra de George

Steiner⁴, depois de relatar os desastres históricos que fizeram o silêncio mortal de muitos documentos da vida e do mundo, nos mostra que estamos, hoje, dentro do sonho de Leibnitz, isto é, a *Bibliotheca universalis* e, para tanto, exemplifica com a obsessão em documentar e fazê-lo por meio de várias mídias, como na Biblioteca Mitterrand e na do Congresso Americano, apesar dos problemas econômicos. Nós também trabalhamos nesta direção, em núcleos de excelência e universidades, mas nossa fragmentação política é notável e excludente. Sabemos que, em seguida ao registro de uma obra, o fenômeno se torna obsoleto e exige novo suporte de registro. Nesse sentido, a mutação tecnológica atual e suas convergências podem significar um feixe de direitos fundamentais, pois juntamos as partes no todo e garantimos a diversidade em seu esforço de documentar e compartilhar. Daí o exemplo radical do cidadão grandeabecedeano à frente do terminal a exercer um direito, infelizmente ainda negado. Ou do acervo gráfico-eletrônico, o construído e a construir, ambos indispensáveis como organização de política do bem comum regional. Quais seriam as instituições interligadas? Prefeituras, museus, universidades, consórcio, bibliotecas, livrarias, centros culturais, núcleos de memória, empresas e organizações não governamentais que prestam serviços públicos. Certamente São Lázaro, protetor das estantes de bibliotecas, ficaria feliz com essa real ação de modernidade.

Explicações históricas, sinais para novo impulso

Talvez não nos caiba mais reclamar da ação cultural e dos direitos culturais ausentes e precários. Melhor será fazer confluir nossas virtudes regionais num quadro histórico e político de referência que abra

⁴ A obra do crítico anglo-americano George Steiner aqui citada é *Gramáticas da Criação*, publicada pela Editora Globo em São Paulo, 2003.

espaços para uma nova inteligência operadora de mudanças e inovações. Por certo o suporte para essa inteligência será uma nova linguagem, pois sem essa não pode haver novas práticas, e especialmente um novo trabalho educativo. Como atores simbólicos que somos, nossas práticas compõem a gramática de nossa linguagem. Nesse sentido, a não-inovação linguística é fatal.

No momento em que são aprovados documentos constitucionais que visam construir uma Política Nacional de Cultura, o terceiro pólo de consumo do país, região de alto PIB e baixo analfabetismo gráfico precisa construir visão clara das relações entre cultura e cidade metropolitana. Segundo Coulanges (2003)⁵, a cultura é a mãe da cidade, da urbe e, portanto, da democracia nos seus momentos mais pujantes; seria bom, portanto, que a cultura não fosse a cinderela da legalidade formal denominada democracia. Paulo Freire mostrou que nossa sociedade foi produzida de cima para baixo, em leitura especial, colonizadora e escravista. Portanto, uma simulação da democracia, resultando daí as nossas contradições básicas, sentidas e vividas em cada leitura de jornal, na sucessão de governantes, nas relações entre pessoas, grupos e instituições. Desse modo, entende-se melhor a análise dos críticos que criaram conexões entre cultura, economia e política, entre os quais Ianni (1992), Fernandes (1981) e Furtado (1974)⁶. Em seus vários textos e falas,

⁵ **Coulanges**, Fustel de. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003

⁶ **Ianni**, Octavio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992

Fernandes, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Furtado, Celso. *O Modelo Brasileiro. Argumento*. São Paulo-Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp.25-36.

eles mostraram, fartamente, que nossas elites dirigentes de processos de decisão foram competentes para produzir modernizações de meios de produção, visões diagnósticas amplas do caminho histórico do Brasil e propostas de inserção nos quadros internacionais, mas para grupos selecionados. Evidentemente, essa condição tem implicações severas para a criação, veiculação e fruição dos bens materiais e imateriais carregados de símbolos e valores. Tem também implicações para os criadores e seus instrumentos de comunicação, expressão e análise da experiência. Do mesmo modo, para os gestores e as políticas públicas. A primeira, e dramática contradição, é o uso corrente da estrutura linguística herdada na estrutura da simulação, a par de um projeto novo de criação democrática. Quando política cultural se transforma em planilha de atividades (ainda que brilhantes!) e quando participação cidadã se faz cartório de programas canhestros de campanha eleitoral, embrenha-se a *polis* no pleno simulacro de comunidade cívica. Considere-se, também, que as nossas elites modernizaram instrumentos e processos tecnológicos, mas não a favor de todos os cidadãos, o que exige rigor e sutileza na desconstrução do arcabouço de simulações democráticas. Não obstante, as políticas públicas, por não serem precedidas de rigoroso código avaliativo, via de regra expressaram os interesses do poder de plantão e mantiveram o caráter conservador, retrógrado. Em consequência, continuamos a destacar o que é substantivo da cultura, pelo viés da tradição de elite, e tornamos opaco ou invisível o que é adjetivo, circunstância modificadora. Noutras palavras, destacamos a performance, o desempenho, a criação do gênio, o brilho e a aprovação social – o que implicou quase sempre investimento econômico seletivo e privilegiado – enquanto negamos o questionamento, o compromisso, a educatividade social e as alternativas. Somos competentes para nominar e menos para explicar, delimitar, qualificar de modo transparente. Uma atitude adjetiva

em cultura seria espaço para avaliação social, não somente dos atos comumente denominados de culturais, como, e principalmente, a partir da cultura pensar e interpretar a cultura política dos governos e da sociedade civil. O que não fizemos adequadamente por ocasião do Planejamento Estratégico Regional de 1999-2000 e, por isso, ele foi seletivo em direção e prioridade, encheu-se de bandeiras indiferenciadas e foi realizado sob pouco controle social, a despeito de sua riqueza política. Noutras palavras, temos combinado um vezo romântico com uma postura pragmática. Seria hora do salto em nova direção. Quem viu a grafitagem em torno dos 450 anos de São Paulo, a despeito da encomenda oficial, ou a expressão hip hop do Grande ABC, acompanhou a intervenção do detalhamento e da coloração exótico-marginais, representações das maiorias caladas. Falta trabalhar, no fazer cultural e em face das cidades que desejamos, aquilo que insiste em agregar-se (a partir da condição de excluído), pois o termo modificador dessa gramática social avalia e qualifica o que é tido como central. Urge, pois, deslocar o foco dos sentidos substantivos da cultura para tê-la e vivê-la como avaliadora de todas as circunstâncias do modo de fazer democracia no Brasil. Um processo sociopolítico *atravesado* pelo olhar das culturas não poderá mais esconder-se nas simulações do que é bom e belo segundo certo olhar seletivo. Ao contrário, terá de criar instrumentos públicos de avaliação, de análise e interpretação das culturas acumuladas na História. Um trabalho que desmitologize a combinação romântico-pragmática e crie a inteligência social que seja ponto de partida para as verdadeiras políticas urbanas. Uma leitura da história cultural do país lembra que, se queremos construir democracia, avaliemos o vivido, o marginal, o sofrido, o transformador da democracia. Como se vê na literatura, no teatro e no cinema do Brasil. Como se encontra em *Fronteira, Subúrbio*, ou como tivemos em Rabelais ou

Machado de Assis, Graciliano e Lins do Rego. A proposta vem desde Camões e Vieira e chega aos artistas populares, mas também compõe este nosso tempo de mutação tecnológica em sua face sensível, a qual altera profundamente as relações de comunicação e questiona conformismos. Se quisermos construir cultura pela superação do que tem sido formalismo, status, ornamento, discurso de palanque, trabalhemos também os qualificativos plurais, sofridos, negados, vividos da vida social.

É radical e é exemplar a reflexão madura e quase dolorosa de Mário de Andrade, na famosa conferência-avaliação do movimento modernista, feita em 1942, três anos antes de sua morte. Naquele momento, ele lamentou que a sua geração não tenha sido, politicamente, radical. O estouro modernista deveria ter sido libertador, adjetivo. Deveria ter educado para compromissos mais decisivos. De fato, o estouro modernista não trouxe libertação, porque não ligou, indissolavelmente, o campo humano e material da cultura às gestões concretas da vida social, da realidade econômica e das criações do povo. Começou a dissecar a categoria povo, mas também em parte o folclorizou, perdendo referências para a melhor avaliação da realidade e sentidos para a maior identidade política. Resultou, ainda outra vez, um pensamento ao estilo do Macunaíma. Como escreveu Cruz Costa (1967)⁷ em obra básica sobre a história das idéias no Brasil, apesar de progressos de consciência em nosso país, nosso pensamento ainda lembra muito a figura curiosa daquele que se farta de todas as comidas, de todas as frutas, canta todas as canções e dança qualquer ritmo. Macunaíma é um herdeiro ladino, mas ignorante de todas as culturas, de todos os instintos.

⁷ *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.418

Conviria que fôssemos radicais, tanto como prevenção à frustração como criação de novo caminho. Conviria que a ação cultural nesse Brasil real, histórico, construísse um campo de sentidos que levasse à superação da condição de propedêutica da política para ser transversalidade da democracia viva, ou seja, que a democracia viva fosse atravessada, de lado a lado, pela cultura. Noutras palavras, deixar de compor a instrumentação substantiva da política para ser metodologia analítica e interpretativa da ação política. Para tanto, já deveríamos ter expurgado do nosso campo semântico duas tendências, ambas negadoras das verdadeiras relações entre comunidade cívica, ação cultural e desenvolvimento: a organização da cultura sob a ditadura militar e as políticas decorrentes do chamado Consenso de Washington. Se as políticas dependentes do novo internacionalismo de capitais não tivessem dominado tão plenamente os nossos governos, a fim de determinar a cultura sob ótica dos mercados e do dirigismo governamental, não correríamos o risco de simplesmente realizarmos, no campo da cultura, o trabalho de atenuação e acomodação sugerido pelo presente corporativismo internacional.

Hoje, até organismos capitalistas mais ferrenhos, como o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – pensa em cultura. Ainda em 1999, o assessor Sahid Yussuf relia o relatório do Banco e afirmava que convém superar as noções simplistas de crescimento econômico e abraçar uma visão mais abrangente da vida das pessoas. Mostrava que as pessoas são culturais, comunitárias, familiares e não podem aceitar planos simétricos, lineares de desenvolvimento. Acrescentava que o sucesso de um povo no século 21 dependerá da administração das pressões e conflitos entre as forças da globalização e as forças locais e regionais, considerado o sentido cultural dessa luta. Oriente Médio, Ásia e África evidenciam, hoje, não somente as tensões culturais como reais guerras em torno das

culturas postas em xeque. Mais recentemente, Bernardo Kliksberg faz avançar a análise⁸. Nega o discurso do progresso indefinido e mostra que estamos diante de muito mais contradições e incertezas do que seus contrários. Noutras palavras, as bases do consenso capitalista: *liberalização*, *estabilização* e *privatização* estão fazendo água. Aponta, então, a saída pela reflexão em torno do conceito de capital social, que levaria ao coração do debate sobre cultura e desenvolvimento. Reconhece que a cultura é um aspecto inexplorado dos esforços para fomentar o desenvolvimento econômico e que é urgente potencializar fatores culturais que ajudem a recolocar a agenda do desenvolvimento. Para tanto, carece-se de buscar realidades essenciais ainda ignoradas destacando-se aí a infraestrutura institucional criada pelas populações a fim de dar respostas a sua vida cotidiana, sua vida cultural, concreta. Aí se colocam a confiabilidade, a ajuda-mútua, os códigos éticos e religiosos. Essa assessoria do capital quer dizer que o Consenso de Washington desconsiderou a cultura, o que levou à maior miséria amplos setores das populações do mundo. Evidentemente, o erro mais grosseiro da análise do BID está em sugerir que tais valores se agreguem aos consensos anteriores, quando de fato, para serem ou por serem culturais eles devem ser críticos e intérpretes daqueles consensos.

Os caminhos propostos pelos assessores do BID são: mobilização cultural dos agrupamentos humanos, participação, reversão da desvalorização da cultura dos pobres, valorização de seu acúmulo comunitário e estímulo às melhores práticas sociais. Kliksberg cita textualmente experiências de Lima, cidades da Venezuela e Porto Alegre. Enfim, mais de uma vez o ex-presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, disse que a ação cultural

⁸ Textos do BID e do INDES, Instituto Interamericano para el Desarrollo Social denominado *Capital Social y Cultura. Claves olvidadas del desarrollo*, página Internet

será fator de estabilidade política no século XXI, indispensável para qualquer estabilidade financeira.

Evidentemente, o BID e o Banco Mundial precisam fazer revisões de rota para garantir a supremacia do Capitalismo. Implicitamente, consideram que nem o Capitalismo pode sobreviver quando 358 pessoas do planeta (segundo a ONU) possuem o equivalente a 45% dos bens da população mundial. Essa proporção brutal também é brasileira, neste ano de 2009. Portanto, pesquisa-se e se propõe, internacionalmente, a redescoberta da cultura e a sua indução em novas sinergias, novas agregações sociais.

Neste ponto, cabe ao Grande ABC, como um grande pólo de capital e trabalho, pensar a política cultural brasileira nas últimas décadas. Voltemos, para tanto, à política cultural da ditadura, ainda influente sobre nossa contemporaneidade. No Brasil, jamais se propusera uma política de cultura. As constituições republicanas abrigavam um feixe de preconceitos e sugestões sobre beleza, patrimônio, lugares históricos, riquezas naturais e folclore. Entre os anos de 1973 e 1976 há um jogo de textos, quer de diretrizes, quer de políticas. Sua leitura mostra que há um claro conflito, típico da visão liberal de cultura, entre enunciação e enunciado. A enunciação dos dirigentes ministeriais incluía a defesa da cultura, promoção de seu acúmulo, intensificação das atividades, projeto nacional, integração do processo cultural no desenvolvimento amplo etc. Na leitura intertextual dos enunciados dos documentos, o que temos são as propostas de preservação do patrimônio, incentivo à criatividade e difusão das criações e manifestações culturais, incluída aí a democratização da cultura pelos modernos meios de comunicação social. Por trás da enunciação e do enunciado, o que de fato ocorria era uma grande jogada de *marketing* sobre a produção audiovisual, incluídas cooptações e concessões que criaram o rosto das concessões de veículos e su-

portes das comunicações e telecomunicações no Brasil, de que tanto se reclama, mas que persiste.

Obviamente não há lugar, na ditadura, para o pensamento radical, isto é, que a cultura fosse transversal à sociedade a fim de atravessá-la educativamente e refazê-la. No entanto, se as ditaduras promovem o dirigismo paternalista – com estímulo pálido à espontaneidade – as sociedades recém-democratizadas se deparam com as regulações do capital internacionalizado e permitem, para tentar competir, o despedaçamento das relações de trabalho, a fragmentação de espaços urbanos e rurais, o fim das utopias e a submissão de tudo à economia e ao jogo de mercado. Certamente, a cultura compôs e compõe o quadro do desencanto programado pelo Capital. No máximo, governos democrático-liberais conseguem apresentar planos de desenvolvimento nos quais a cultura tenha o seu lugar controlado. E quando o BID aponta para o sinal amarelo das relações de capital, crescem os discursos sobre a importância da cultura, aumentam os equipamentos, aprimora-se a assistência social a grupos de jovens vulneráveis e estimulam-se as boas práticas sociais. A despeito de tudo isso, o discurso cultural é substantivo, romântico, estratégico, agregador; raramente um produtor ou um gestor o apresenta como transversal e, do mesmo modo, qualificador. Por isso, não se organiza como centro de referência. É de se supor que, por esse caminho, adiaremos tanto a chegada à democracia viva quanto o necessário confronto entre a cultura e esse tipo de economia liberal determinado pelas corporações multinacionais. O maior risco para os governantes bem-intencionados e os grupos criadores do terceiro setor é o de confundir política de cultura com manual de boas práticas. Do mesmo modo, cabe discutir as culturas do trabalho em sua face de dialetizadora das culturas do capital. Os embates tidos e havidos aqui nos anos 80 e 90, de fato não foram obra de mocinhos e bandidos, mas também, vistos como

movimentos, não foram obra de parceiros de churrasco e cerveja. Saltando um pouco no tempo, porventura governos atrelados a uma semântica economicista internacional podem produzir políticas nacionais de cultura independentes? Ou ao menos podem formular resistências? Seria possível que estruturas sólidas de interesse e dependência costurassem com equanimidade as relações entre criações culturais populares, memória, preservação, comunicação social e igualdade de oportunidades de fruição? Estruturalmente, não. Exceto se a cultura erguer-se como referência interpretativa da democracia em construção. E se a cultura, entre nós, for entendida como referência interpretativa, de dentro dos nossos museus, casas de cultura e centros de memórias, se interligados e cooperativos, pode dar-se uma revolução pacífica para fazer pensar as próximas etapas civilizatórias da região, a partir de linhas de pesquisa sobre os modos históricos da relação entre governo e sociedade, especialmente a partir dos anos 50.

Uma leitura breve sobre as novas propostas nacionais de cultura, o sistema nacional e o plano nacional de cultura, em processo de construção, quer no congresso nacional, quer nos encontros de cultura de várias instâncias da federação, sugere que podemos superar tanto o discurso dos textos legais produzidos até agora quanto a prática da governança na implementação de políticas de cultura. Seus princípios são: liberdade de expressão, criação e fruição; diversidade cultural; respeito aos direitos humanos; direito de todos à arte e à cultura; direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; direito à memória e às tradições; responsabilidade socioambiental; valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; democratização das instâncias governamentais de formulação das políticas culturais; responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais; colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura e

participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais. Trata-se, pois, de pensar a cultura de modo orgânico, como se instituiu a planificação da saúde, da assistência e da educação, bem como criar ampla articulação de atores e instâncias, aplicação mínima de 1% dos orçamentos, criação de competência pela formação de pessoal, desenvolvimento de controles e acompanhamento e entendimento da cultura como estratégia para o desenvolvimento e valor de inclusão; daí sua transversalidade no conjunto das demais políticas. Nos próximos dez anos, independentemente dos governantes, a nova legislação e o pacto desejado convidam à criação de novos sentidos e práticas da cultura.

O que não poderão fazer, no país continental, nem o sistema, nem o plano?

Em primeiro lugar, não poderão criar significados do fazer cultural no quadro de referências econômicas e sociais da região e seu modo de produzir desenvolvimento; do mesmo modo, não poderão ressignificar a cultura quando os atores locais/regionais tiverem posições fechadas e ideologizadas sobre as diversas políticas de governança; em terceiro lugar, as novas idéias organizadoras serão perdidas se os discursos da cultura como diversidade, educação e inclusão derem lugar ao sentido de estratégia para o desenvolvimento; aí a cultura será mero fator de desenvolvimento e não, antes disso, lugar de efetiva disputa simbólica na sociedade. O processo está aberto e a arena preparada.

Grande ABC: espelho em direção ao vidro refletor

O quadro histórico-cultural em que nos inserimos, os esforços de criação, disseminação e politização do fazer cultural da região e

as perspectivas instituídas pela nova legislação propõem que a nossa geografia deveria ser silenciosa e passageira, mas isso não se deu como desejado pelo sistema econômico. Embora a cultura tenha tido, aqui, seus modos de esquecimento, como numa fotografia as linhas de sombra sugerem a invenção do fruidor sobre o não iluminado, de fato o conflito migratório, o trabalho e a distância foram motivos centrais para os projetos de levantar dados, criar informação, comunicar sentimentos e valores e buscar sistematização, o que foi sinalizado nos congressos, movimentos sociais e em algumas instituições sobre as quais e às quais pedimos a bênção. A ausência costumeira de planos mais gerais de cultura do Estado brasileiro incide sobre nossa falta de coordenação e nossas defasagens, exacerbadas pela imagem distorcida da opulência urbano-industrial, na qual a cultura se faz adorno ocasional e se descola do processo educativo. A teoria que falta aos novos planos nacionais de cultura sobeja aqui e nela deveríamos nos aprofundar e dizer aos projetos culturais do país: as culturas nascem e se desenvolvem ao fio da navalha do trabalho simbolizado e ampliado em sentidos. Octavio Ianni intuiu essa verdade e buscou compreender e explicar como os sintagmas do trabalho se realizam como paradigmas da cultura, em movimento contínuo – embora difícil – de solidariedade semântica, o que se viu no movimento que vai do início do século 20 aos embates pela sociedade democrática dos anos 80. Tratava-se de encontrar dignidade na fronteira que demarca a indignidade e o desvalor social dos grandes grupos suburbanos. Mas é precisamente aí, no lugar rebaixado, por exemplo o chão de fábrica e o bairro de esgoto a céu aberto – que dialoga com as imagens de Bakhtin – que se começa a renominar o mundo e pintar os quadros da vida, de que resultam fotografias mais claras, entre lembrança e esquecimento. Nos interstícios do lembrar carece de construir linguagens que digam da cidade que se quer construir, não somente para si,

mas para todos e todas. A modernidade grandeabecedana ainda tem tempo para utilizar-se da reflexão de Lefebvre e isso significa que seu desenvolvimento consorcial, iniciado em 1990, precisa reeditar em política a construção da cultura, que supõe exposição e transparência, encontro de diferentes, evocação de história, sentido de futuro, compartilhamentos. Abandone-se a segmentação cultural, ou a cultura como suposto objeto ôntico, para refundar na sociedade regional a cultura da *polis*. Carece pensar se nesta região as culturas do trabalho se fundiram às culturas da cidade. O que se vê é que de fato as qualificaram no processo em que as organizações populares e sindicais decidiram reconstruir-se por valores de agregação que, no entanto, mantiveram sua originalidade. Criaram-se alguns consensos objetivos na diversidade também objetivada, sendo esta a indutora das condições daqueles. Em linguagem linguística, os sintagmas sociais não se confundiram nem se perderam nos paradigmas da sociedade urbana opulenta, mas vulnerável, mantendo-se, portanto, como sintagmas cooperativos e críticos. Não fosse assim, não teríamos tido um Planejamento Estratégico plural e aberto, embora pouco controlado, o que exige consenso mais refinado. Espera-se que, na retomada dos novos planejamentos regionais, operemos sobre eles uma visão histórica e cultural mais radicalizada. Nesse processo construiremos as bases de uma nova gramática social, cujos sujeitos, predicados, complementos e adjuntos, cujos sons, letras e imagens interajam conscientes da diversidade de suas posições, mas também da doação de suas presenças e seus sentidos na constituição das frases e discursos sociais capazes de construir um novo sentido de sociedade. Também foi isso que buscaram nos dizer nossos centenários, um felizmente vivo e o outro, infelizmente morto, Niemeyer e Lèvi-Strauss, missão, aliás, não completada ainda...

Como sempre ocorre, nosso grande problema está em fazer no cotidiano, nas tarefas comuns e rotineiras da cultura o exercício

dos sentidos desejados, entendida a existência de abismos entre concepções e operações. Outra vez, trata-se do aprendizado político. Daí a busca conjunta do saber e dos instrumentos indispensáveis, que se fazem prática a cada dia, notadamente quando o agente cultural, o ser cultural opera símbolos e valores na história possível e aberta, com o coração aberto e a razão crítica, trabalhando o novo com respeito, carinho e certa ousadia, a favor das pessoas e grupos da terra em que nos cabe viver, pensar, amar e mudar.

Luiz Roberto Alves - Professor e pesquisador na UMESP - Universidade Metodista de São Paulo e na USP - Universidade de São Paulo. Atua nas áreas de cultura, comunicação e organizações. Coordena a Cátedra Celso Daniel de Gestão de Cidades da Metodista, que trabalha com políticas públicas integradas. Assessor voluntário de movimentos sociais. Ex-Secretário de Educação, Cultura e Esportes de São Bernardo do Campo e Mauá.

Grande ABC: culturas que excedem o lugar culturalizado

Conferência proferida pelo Prof. Luiz Roberto Alves durante o 10º Congresso de História do Grande ABC, Memória e Esquecimento, realizado na cidade de São Caetano do Sul, SP, de 3 a 6 de novembro de 2009.

A Alpharrabio Edições, que há 18 anos vem registrando a criação literária e o pensar regional, acrescenta mais este texto ao seu catálogo de quase uma centena de títulos, acreditando ser sua leitura indispensável a todos aqueles que pensam, promovem e fruem a cultura na região do Grande ABC.

A relevância das idéias aqui apresentadas, fruto de profunda reflexão e vivências do autor, somam-se, iluminam e muito podem contribuir com as discussões e demandas em torno de políticas públicas e ações integradas da cultura na região, que nos últimos anos vêm sendo levadas a cabo, em especial, no âmbito do Fórum Permanente de Debates Culturais do Grande ABC e do Núcleo Estratégico Cultura no Consórcio do Grande ABC.

Dalila Teles Veras

Grande ABC: culturas que excedem o lugar culturalizado

composto em cushion book
e impresso por Copiadora São Bernardo
em papel offset
para Alpharrabio Edições
no seu décimo oitavo ano
nos 88 anos de Paulo Freire
nos 116 anos de Mário de Andrade
no centenário da morte de Euclides da Cunha
Tiragem: 100 exemplares
novembro de 2009



Alpharrabio Edições

Rua Dr. Eduardo Monteiro, 151 - Jd. Bela Vista
09041.300 - Santo André/SP - Tel.: [11] 4438.4358
www.alpharrabio.com.br